

A. I. Nº - 269141.0015/21-3
AUTUADO - MEGA BOM ATACADO E VAREJO DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - MARCO ANTÔNIO MACHADO DE ABREU
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ RECÔNCAVO
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 24/10/2022

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0225-04/22-VD

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. **a)** MERCADORIA INCLUÍDA NA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **b)** MERCADORIA NÃO INGRESSADA NO ESTABELECIMENTO. **c)** VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL. **d)** DESTAQUE DO IMPOSTO A MAIOR NO DOCUMENTO FISCAL. 2. FALTA DE RECOLHIMENTO. NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NOS LIVROS FISCAIS. Fatos não impugnados. Infrações 1 a 5 mantidas. 2. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. ESCRITURAÇÃO CONSIDERANDO MERCADORIAS COMO SE INCLUÍDAS NA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Restou comprovado, com base nos documentos fiscais, emitidos pelos estabelecimentos dos fornecedores, que à época da ocorrência dos fatos geradores, as mercadorias objeto da autuação se encontram submetidas ao regime de substituição tributária. Infração 06 subsistente. 3. IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. **a)** DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR RECOLHIDO E O CONSTANTE NOS LIVROS FISCAIS. **b)** UTILIZAÇÃO DE ALÍQUOTA INCORRETA. **c)** ERRO NA APURAÇÃO DOS VALORES DO IMPOSTO. 4. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS APURADAS MEDIANTE OMISSÃO DE ENTRADAS DE MERCADORIAS. 5. DIFERENÇA ENTRE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS/BENS PARA USO OU CONSUMO PRÓPRIO OU INTEGRAÇÃO AO ATIVO FIXO. FALTA DE PAGAMENTO. 6. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO A MENOS. 7. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. FALTA DE PAGAMENTO. OPERAÇÕES TRIBUTADAS POR OCASIÃO DAS SAÍDAS. MULTA PERCENTUAL. 8. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. INFRAÇÕES 14 E 15. Fatos não impugnados. Infrações 07 a 15 mantidas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão não unânime.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos da exigência de crédito tributário no montante de R\$ 84.429,62 em decorrência de 15 (quinze) imputações abaixo indicadas:

Infração 01 - 001.002.005: “Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria(s) adquirida(s) com pagamento de imposto por antecipação tributária. Conforme demonstrativo: Crédito indevido - Mercadorias com ICMS substituto”. Valor lançado R\$ 300,34 com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso VII, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Infração 02 - 001.002.010: “Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS por não haver entrado a

mercadoria no estabelecimento ou serviço não ter sido prestado. Conforme demonstrativo: Crédito indevido - Nota fiscal lançada em duplicidade. Valor lançado R\$ 48,18, com multa 100%, tipificada no art. 42, inciso V, alínea “b” da Lei nº 7.014/96.

Infração 03 - 001.002.040: *“Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado no(s) documento(s) fiscal(is). Conforme demonstrativos: Crédito fiscal a maior que o destacado na nota fiscal*. Valor lançado R\$ 173,90, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso VII, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Infração 04 - 001.002.041: *“Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto a maior no(s) documento(s) fiscal(is). Conforme demonstrativo: Crédito indevido - Mercadorias isentas*. Valor lançado R\$ 1.422,78, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso VII, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Infração 05 - 002.001.002: *“Deixou de recolher, no(s) prazo (s) regulamentar(es), ICMS referente as operações não escrituradas nos Livros Fiscais próprios. Conforme demonstrativos: ICMS destacado em notas de consumidor eletrônicas não escrituradas*. Valor lançado R\$ 17.598,57, com multa de 100%, tipificada no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96.

Infração 06 - 002.001.003: *“Deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas. Conforme demonstrativos: Falta de recolhimento do ICMS - Operação tributada como não tributada*. Valor lançado R\$ 8.360,20, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Infração 07 - 003.001.004: *“O contribuinte recolheu a menor ICMS, em função de divergência entre o valor do imposto recolhido e o valor informado em documentos e livros fiscais, em declarações econômico-fiscais e/ou arquivos eletrônicos. Conforme demonstrativos de Apuração do ICMS - Períodos: 09/2017 a 12/2017*. Valor lançado R\$ 3.837,29, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso II, alínea “b” da Lei nº 7.014/96.

Infração 08 - 003.002.002: *“Recolheu a menor ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas. Conforme demonstrativos: Débito a menor - Erro na aplicação da alíquota (CFOP vs. UF)*. Valor lançado R\$ 1.851,14, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Infração 09 - 003.002.004: *“Recolheu a menor ICMS em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto. Conforme demonstrativo: Débito a menor - Erro cálculo do imposto (Alíquota x base de cálculo) - Op. com NFC-e*. Valor lançado R\$ 411,92, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Infração 10 - 004.005.005: *“Falta de recolhimento do ICMS constatado pela apuração de diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária- a das operações de entrada- com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício. Conforme demonstrativos: Análise quantitativa de estoques - Resumo geral das infrações apuradas*. Valor lançado R\$ 4.141,08, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96.

Infração 11 - 006.005.001: *“Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e/ou consumo do próprio estabelecimento. Conforme demonstrativos: Débito de Diferencial de alíquota - Ativo/Material de consumo. O débito referente ao período 10/2017 foi lançado na infração 07 porque neste período houve saldo credor de ICMS*. Valor lançado R\$ 15.458,59, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei nº 7.014/96.

Infração 12 - 007.001.002: *“Efetuou o recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e/ou do exterior. Conforme demonstrativo:*

Substituição tributária - Antecipação a menor/falta de antecipação". Valor lançado R\$ 649,76, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso II, alínea "d" da Lei nº 7.014/96.

Infração 13 - 007.015.005: *"Multa percentual sobre a parcela do imposto (ICMS) que deixou de ser paga por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente. Conforme demonstrativos: Antecipação parcial do ICMS recolhida a menor ou não recolhida"*. Valor lançado R\$ 25.934,29, com multa tipificada no art. 42, inciso XI, da Lei nº 7.014/96.

Infração 14 - 016.001.001: *"Deu entrada no estabelecimento de mercadoria(s), bem(ns) ou serviço(s) sujeito(s) a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Conforme demonstrativos: Multa - Nota fiscal de entrada não lançada"*. Valor lançado R\$ 3.036,58, com multa tipificada no art. 42, inciso IX, da Lei nº 7.014/96.

Infração 15 - 016.001.006: *"Deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço tomado sem o devido registro na escrita fiscal. Conforme demonstrativos: Multa - Nota fiscal de entrada não lançada"*. Valor lançado R\$ 1.205,10, com multa tipificada no art. 42, inciso IX, da Lei nº 7.014/96.

O autuado, por intermédio de seu Representante Legal, ingressou com Impugnação Parcial ao lançamento, fls. 61 a 63, tendo, após a descrição das infrações, consignado o reconhecimento das infrações 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 12, 14 e 15, insurgindo-se apenas em relação a infração 06, ao argumento de que o demonstrativo da lavra do autuante apresenta erros ao considerar mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, sendo que, ocorrendo a antecipação tributária se encerra a fase de tributação. Para tanto, apresentou o quadro abaixo com as mercadorias que considera incorreta a exigência fiscal:

Código	NCM	Descrição
23655	2072500	PEITO PERU DEF SADIA
24953	2071400	FRANGO PERD DEFUMAD
26433	2032900	LOMBO SEARA KG
273376	18063210	CHOC OETKER PO 200G
1217160	18063210	CHOC GAROTO CACAU EM PO 200G
1270443	21069030	TAFF MAN-E 110ML
1272616	18061000	CHOC GAROTO EM PO 200G
1272616	18063210	CHOC GAROTO EM PO 200G
1815032	20081100	AMENDOIM YOKI BRANCO 500G
1997840	20052000	BATATA PAL PERD 400G
2001357	2042200	SARAPATEL KG
2011265	18063210	CHOC DR. OETKER EM PO 200G
2012749	2101200	BACON PIF PAF DEF KG
2022013	20081100	AMENDOIM PADIM 500G
735201101859	18063210	CHOC EM PO 100% NATURAL 250G
7891048000106	18063210	CHOC DR. OETKER EM PO 200G
7898902334681	20081100	AMENDOIM PADIM 500G

Acrescentou, ainda, que as operações realizadas com o CFOP (sem indicação do mesmo), também devem ser excluídas, haja vista que saídas para baixa de estoque em razão de deterioração ou perda não são vendas.

Concluiu requerendo a análise das razões de defesa e pela sua procedência.

O autuante apresentou a Informação Fiscal de fls. 73, destacando que o autuado apresentou defesa para a infração 06 do Auto de Infração *"Deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas. Pediu a exclusão de algumas mercadorias alegando que as mesmas fazem parte do regime de substituição tributária"*.

Pontuou que, no entanto, nenhuma destas mercadorias estão inclusas neste regime, já que o autuado cadastrou a NCM dos produtos diferentemente do que consta nas notas fiscais de aquisições, apontando que as NCMs corretas (que não estão inclusos no anexo 1 do RICMS-BA,

que relaciona as mercadorias integrantes do regime de substituição tributária) e as respectivas notas de aquisição (devidamente anexadas) estão listadas no quadro abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM Correta	Nº NF
23555	Peito Peru Def Sadia	16023100	4554426
24953	Franfo Perd Defumado	16023100	5149823
26433	Lombo Seara Kg	16010000	1862123
273376	Choc Oetker Po 200g	18061000	361702
1217160	Choc Garoto Cacau em Pó 200g	18050000	634165
1272616	Choc Garoto em Pó 200g	18061000	634165
1815032	Amendoim Yoki Brnco 500g	12024200	99635
1997840	Batata Pal Perdi 400g	20041000	5076150
2011265	Choc Dr. Oetker em Pó200g	18061000	361702
2012749	Bacon Pif Paf def 1 kg	16024900	289353
7891048000106	Choc Dr. Oetker em Pó200g	18061000	361702

Observou, ainda, que a mercadoria código 1270443 (Taff Man-E 110ml) não é bebida energética ou isotônica, conforme anexo Taffman-E_yakult; a mercadoria código 2001357 (Sarapatel) é uma iguaria que na sua composição leva hortelã, pimenta de cheiro, pimentão, tomate, alho, etc., conforme anexos Sarapatel_Wikipedia e Sarapatel_Revista Seleções; a mercadoria códigos 2022013 e 7898902334681 (Amendoim Padim 500g) é um produto in natura, portanto não é aperitivo, conforme anexo Amendoim_Casa Padim; a mercadoria código 735201101859, NCM 18063210, é chocolate em pó, não contemplado no item 11.3 do Anexo 1 do RICMS-BA.

Conclui citando que são estas as considerações para apreciação do Consef, opinando pela Procedência do Auto de Infração.

Registro o comparecimento à sessão de julgamento virtual realizada nesta data do representante legal do autuado, Dr. Ednilton Meireles de Oliveira Santos, OAB/BA nº 26.397, para fim de efetuar sustentação oral dos argumentos defensivos.

VOTO

Das quinze imputações consignadas nos presentes autos, o sujeito passivo reconheceu como devidas infrações as de nºs 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, as quais permanecem mantidas, ante a inexistência de lide quanto as mesmas.

A insurgência do autuado deu-se somente em relação a infração 06, ao argumento de que o demonstrativo da lavra do autuante apresenta erros ao considerar mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, visto que, ocorrendo a antecipação tributária se encerra a fase de tributação, apresentando um quadro com os produtos que considera se encontrarem incluídos no rol da substituição tributária, fl. 63, razão pela qual requereu o expurgo das exigências consignadas na autuação que totalizam R\$ 8.360,20.

O autuante, por sua vez, rebateu o argumento defensivo sustentando que nenhuma das mercadorias citadas pelo autuado estão inclusas no regime da substituição tributária, **já que o autuado cadastrou a NCM dos produtos diferentemente do que consta nas notas fiscais de aquisições**, apontando que as NCMs corretas (que não estão inclusos no anexo 1 do RICMS-BA, que relaciona as mercadorias integrantes do regime de substituição tributária) e as respectivas notas de aquisição (devidamente anexadas) estão listadas no quadro que apresentou à fl. 73.

Examinando ambos os demonstrativos apresentados, concluí que não assiste razão ao autuado em seu argumento, na medida em que confrontando as mercadorias citadas com as notas fiscais emitidas pelos respectivos fornecedores, fls. 76 a 87, constatei que, de fato, em todas elas, as operações ocorreram com tributação normal, sem indicação de que houve retenção do imposto por substituição tributária, tampouco o autuado apresentou documentos comprovando que em relação a essas mercadorias impugnadas, no período envolvido na autuação, efetuou o pagamento do imposto por antecipação tributária, em relação a estas, de forma específica.

Ressalto que, apesar da insurgência do autuado em relação as operações envolvendo os produtos indicados no quadro que apresentou junto a peça defensiva, não foi apontado pelo mesmo os

documentos fiscais que estariam a elas relacionadas e constantes na autuação, tampouco comprovou como procedeu em relação ao registro dessas notas fiscais quando das respectivas aquisições, ou seja, se houve o ingresso com o imposto pago por retenção pelo fornecedor, se efetuou o pagamento por antecipação tributária já que defendeu o enquadramento das mercadorias no rol da substituição tributária, ou, ainda, se deu o tratamento de tributação normal com utilização do crédito fiscal já que, em todas as notas fiscais constantes às fls. 76 a 87, elas constam como sendo sujeitas a tributação normal, com destaque do ICMS nas respectivas operações.

Acolho, também, os argumentos do autuante relacionados as demais mercadorias questionadas, posto que, de acordo com as pesquisas colacionadas às fls. 88 a 93, se constata que “a mercadoria código 1270443 (Taff Man-E 110ml) não é bebida energética ou isotônica, conforme anexo Taffman-E_yakult; a mercadoria código 2001357 (Sarapatel) é uma iguaria que na sua composição leva hortelã, pimenta de cheiro, pimentão, tomate, alho, etc., conforme anexos Sarapatel_Wikipedia e Sarapatel_Revista Seleções; a mercadoria códigos 2022013 e 7898902334681 (Amendoim Padim 500g) é um produto in natura, portanto não é aperitivo, conforme anexo Amendoim_Casa Padim; a mercadoria código 735201101859, NCM 18063210, é chocolate em pó, não contemplado no item 11.3 do Anexo 1 do RICMS-BA”.

Quanto a alegação defensiva de que as operações realizadas com o CFOP, não citado ou indicado pelo autuado, também devam ser excluídas, haja vista que saídas para baixa de estoque em decorrência de deterioração ou perda não são vendas, não podem ser acolhidas, também não podem ser aceitas, a uma porque não houve a indicação das operações que estariam envolvidas ou abarcadas pela autuação, e, também não houve a indicação do respectivo CFOP. A duas, porque, se porventura estivessem incluídas operações a título de baixa de estoque, a exigência do imposto recairia pela falta de estorno de crédito, entretanto, em nenhuma das situações postas, o autuado trouxe os autos as devidas e necessárias comprovações.

Desta maneira, julgo subsistente a infração 06 no valor de R\$ 8.360,20 e, conseqüentemente, inteiramente PROCEDENTE o Auto de Infração pelas razões acima já expostas.

VOTO DIVERGENTE / QUANTO INFRAÇÃO 06 – 002.001.003

Antes de adentrar na minha manifestação, peço vênica para descrever a infração 6, na sua integralidade, com enquadramento:

Infração 06 - 002.001.003: “Deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas. Conforme demonstrativos: Falta de recolhimento do ICMS - Operação tributada como não tributada”. Valor lançado R\$ 8.360,20, com multa de 60%, tipificada no art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Neste contexto, quero manifestar meu respeito ao voto do Ilustre Relator, frisando que dele divirjo em parte quanto aos fundamentos para manutenção da infração 06 na sua integralidade, que se refere a falta de recolhimento de imposto (ICMS) em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, conforme a seguir explicitado:

Primeiro, **quanto a alegação defensiva de que as operações realizadas com o CFOP, não citado ou indicado pelo autuado, decorrentes de saídas por baixa de estoque em decorrência de deterioração ou perda**, por não ser vendas, devam ser excluídas, **acompanho na integralidade** as razões de manutenção da autuação pelo i. Relator Julgador, entretanto caso o defendente houvera trazido aos autos provas materiais de que as mercadorias estavam abarcadas pelos instituto da substituição tributária, **que assim não procedeu**, de fato não haveria imposto a ser destacado na nota fiscal de baixa, inclusive ensejaria o ressarcimento do imposto pago por antecipação.

Segundo, **sobre o argumento de que o demonstrativo de débito da autuação**, da lavra do Agente Autuante, **apresenta erros ao considerar mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária**, sendo que, ocorrendo a antecipação tributária se encerra a fase de tributação, não ensejando nova tributação, acompanho **em parte** as razões de manutenção da

autuação pelo i. Relator Julgador, isso porque, em relação aos itens de produtos arguidos na peça de defesa relativo aos NCM 2072500 (PEITO DE PERU), 2071400 (FRANGO DEFUMADO), 2032900 (LOMBO), 21069030 (TAFFMAN-E), 2442200 (SARAPATEL), 2101200 (BACON), **de fato não constavam do ANEXO 01 do RICMS/BA, que relaciona as mercadorias sujeitas à substituição ou antecipação tributária, vigente à época dos fatos geradores.** Aliás, em mesa, na sessão de julgamento do dia 27/09/22, o próprio Representante Legal da empresa admitiu que os NCM 2072500 (PEITO DE PERU), 2071400 (FRANGO DEFUMADO), não estariam no regime da substituição tributária, sendo devido a autuação.

Entretanto, **veja restar razão à arguição de defesa**, diferentemente do entendimento do i. Relator, **de que os itens de produtos NCM 18063210 (CHOCOLATE), 20081100 (AMENDOIM), 2052000 (BATATA FRITA),** constavam do ANEXO 01 do RICMS/BA que relacionavam as mercadorias sujeitas à substituição ou antecipação tributária, vigente à época dos fatos geradores, **ensejando, portanto, sua exclusão da autuação,** vez que, estando tais itens de produtos enquadrados no regime de substituição tributária, há a antecipação tributária na entrada da unidade da Federação destino das mercadorias, encerrando a fase tributação nas operações subsequentes.

Bem! **Se nas entradas desses itens de mercadorias não foram tributadas** e estavam **amparados pelo instituto da substituição tributária,** há de se imputar um outro tipo de irregularidade em relação a legislação fiscal, que seria a falta antecipação do imposto na entrada do estabelecimento autuado por solidariedade nos termos da legislação; e não cobrar o imposto (ICMS), nas saídas das mercadorias, dado não ter havido tributação na entrada pelo que se ver do descrito no voto do i. Relator.

Neste sentido, vejo que os itens de produtos de NCM 18063210 (CHOCOLATE), 20081100 (AMENDOIM), 2052000 (BATATA FRITA), que constavam do ANEXO 01 do RICMS/BA à época dos fatos geradores, deveriam ser excluídos do demonstrativo de débito da autuação, no caso em tela, a Infração 6; por sua vez, os demais itens de produtos acompanho o entendimento expressado no voto do i. Relator, isto é, deve ser mantido na autuação.

Manifesto, portanto, pela Procedência Parcial da imputação de nº 6 do Auto de Infração, em tela.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269141.0015/21-3**, lavrado contra **MEGA BOM ATACADO E VAREJO DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo o autuado ser intimado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 54.253,75**, acrescido das multas de 60% sobre R\$ 32.465,92 e de 100% sobre R\$ 21.787,83, com previsão no Art. 42, incisos VII, “a”, V, “b”, III, II, alíneas “a”, “b”, “d” e “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa pecuniária no valor de **R\$ 25.934,29**, prevista no inciso II, “d”, do mesmo Diploma legal citado e das multas por descumprimento de obrigações acessórias no total de **R\$ 4.241,58**, com previsão no inciso IX, do citado Diploma legal, com os acréscimos moratórios estabelecidos pela Lei nº 9837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 29 de setembro de 2022.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE / RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA

JOÃO VICENTE COSTA NETO – JULGADOR / VOTO DIVERGENTE INFRAÇÃO 06